

OS BANCOS DE DADOS, OS ARQUIVOS DIGITAIS E O PAPEL DO HISTORIADOR DATABASE, DIGITAL FILES AND THE HISTORIAN'S ROLE

MARIANA FLORES DA CUNHA THOMPSON FLORES | Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); mestre em História pela UFRGS e doutora em História pela PUC-RS.

RESUMO

O presente artigo aborda a temática dos arquivos digitais a partir da perspectiva do papel que os historiadores deveriam desempenhar nos debates pertinentes. Os arquivos digitais, no que tange ao interesse dos historiadores, referem-se à construção de bancos de dados, digitalização de documentos e concepções a respeito de como devem ser encaminhadas a organização e o armazenamento dos documentos nato digitais.

Palavras-chave: arquivos digitais; digitalização; documentos nato digitais.

ABSTRACT

This article addresses the topic of digital files in light of the role that historians should play in the relevant debates. Digital files are, in what concerns the interests of historians, related to the construction of databases, digitalization of documents and conceptions on how the organization and storage of born digital records should be conducted.

Keywords: digital files; digitalization; born digital records.

RESUMEN

El presente artículo se refiere al tema de los archivos digitales bajo la perspectiva del rol que los historiadores deberían desempeñar en los debates pertinentes. Los archivos digitales, en lo que corresponden a los intereses de los historiadores, se refieren a la construcción de bases de datos, digitalización de documentos y concepciones al respecto de como se deben ejecutar a la organización y almacenamiento de los documentos nacidos digitales.

Palabras clave: archivos digitales; digitalización; documentos nacidos digitales.

Na década de 1970, o historiador Michel de Certeau apontou a utilização de novas técnicas de informação, leia-se o uso do computador, como um fator precipitador de uma profunda mudança na prática de produção do conhecimento histórico. Certeau revelava sua preocupação com o contexto particular no qual a história seriada se destacava como a nova vedete da produção historiográfica, através de longas, minuciosas e massivas pesquisas que em muitos casos preocupavam-se em inventariar dados – demográficos e econômicos preferencialmente – quase que inadvertidamente, desprezando a questão de que a pesquisa necessita pautar-se por um problema a ser respondido, o que não seria contemplado por meio do arrolamento maciço (por mais consistente e de fôlego que fosse) de informações.

Nesse sentido, em lugar de se trabalhar na formulação de unidades de compreensão a partir de vestígios em número limitado, colocou-se a possibilidade do acúmulo de uma quantidade indefinida de informações que, tratadas através de programas informáticos de organização de banco de dados, produziam (supostamente) unidades de compreensão *a priori*. Dessa forma, na compreensão de Certeau a respeito do fazer historiográfico, o trabalho do historiador deveria deslocar-se para a análise das margens, desvios, indícios de limites e incoerências reveladas na catalogação de dados, promovida pelo uso dos computadores como instrumento das investigações, orientado por problemas de pesquisa a serem respondidos (Certeau, 2011, p. 75-79).

Se, considerando o exposto acima, o uso sistemático de computadores na pesquisa histórica foi capaz de tão profundos efeitos, cabe questionar porque ainda hoje, sobretudo na realidade brasileira de pesquisa, os recursos da tecnologia de informação ainda permanecem subutilizados e, em certa medida, desconhecidos pelos historiadores.

No Brasil, um dos trabalhos pioneiros e de referência sobre o tema foi o de Luciano Figueiredo (1997), *História e informática: o uso do computador*, em que o próprio autor afirma que seu trabalho e todos dessa natureza padecem do problema incontornável de se tornarem ultrapassados logo após suas respectivas publicações, dado o inexorável avanço da tecnologia (Figueiredo, 1997, p. 439).¹ Mais recentemente, Célia Tavares avançou significativamente no tema, abrangendo problemáticas muito atuais a respeito da incorporação e efeitos das tecnologias digitais no fazer histórico (Tavares, 2012). Entre os trabalhos recentes acerca dessa temática, destaca-se o de Anita Lucchesi (2014a) cuja motivação de pesquisa adveio da emergência das novas tecnologias de informação e comunicação e de tendências historiográficas que incorporam essas novidades na operação histórica. Contudo, esta autora alerta em outro texto para o fato de que “estamos vivendo essa dita ‘revolução dos meios digitais’ sem termos desenvolvido as competências necessárias para navegar criticamente e efetivamente avaliar e criar informações utilizando as tecnologias hoje disponíveis” (Lucchesi, 2014b, p. 49). Além disso, avalia que passadas quase duas décadas do trabalho de Luciano

1 Vale destacar que já na obra *Os métodos da história*, de 1976 (Cardoso; Brignoli, 2002), estava presente a preocupação com a construção de bancos de dados em plataformas digitais.

Figueiredo, o debate ainda permanece restrito a um número reduzido de pesquisadores no Brasil se comparado à realidade italiana ou estadunidense (Lucchesi, 2014b, p. 48).

O trabalho de Lucchesi dedica-se a analisar comparativamente o nível em que se encontram os debates no campo da história e informática, no contexto italiano e estadunidense, consolidados nas publicações *La storiografia digitale*, coletânea organizada por Dario Razzini, de 2004, e *Digital history: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web*, de 2005, a partir das quais se observa a intensificação dos debates a respeito da historiografia digital nesses países e sua repercussão em outros como Inglaterra, Alemanha e França (Lucchesi, 2014a).

Em relação ao contexto europeu de produção historiográfica vinculado ao uso de computadores, podemos retroceder ao texto supracitado de Michel de Certeau e encontrar, já em fins da década de 1960, Emmanuel Le Roy Ladurie (2011, p. 206-210) apontando para a centralidade das novas tecnologias e quanto elas incidiam numa mudança do fazer historiográfico.² Evidente que o contexto ao qual Le Roy Ladurie se referia correspondia não ao uso disseminado desse recurso, tampouco ao acesso a computadores pessoais, mas aos grandes processadores de dados que ficavam instalados nas instituições e eram alimentados coletivamente pelos historiadores engajados em um mesmo projeto e pautados por critérios compartilhados de pesquisa.

De acordo com Célia Tavares, na década de 1960 os computadores localizados nas universidades serviam a pesquisas históricas de longas séries de informações com fontes demográficas e econômicas, valendo-se de programas estatísticos e matemáticos para análises quantitativas. Apenas nos anos de 1980 e 1990 foi que se deu a disseminação de computadores pessoais (Tavares, 2012, p. 303). Nesse sentido, a mudança no fazer historiográfico que estava em pauta na década de 1960, no contexto principalmente europeu, guardava relação com uma dimensão coletiva do uso da informática e, conseqüentemente, de pesquisas coletivas, sobretudo nos campos da demografia histórica e da história econômica, visando à criação de bancos de dados, na contramão do usual trabalho solitário dos historiadores.

Atualmente, com a difusão dos computadores pessoais, podemos dizer que, na maioria das vezes, essa alteração na maneira como se pesquisa já não se verifica, uma vez que cada historiador, de posse do recurso informático particular, tende a elaborar e alimentar individualmente seus bancos dados. A década de 1980 foi pródiga nesse aspecto, no sentido de que o relativo barateamento dos microcomputadores, o desenvolvimento das interfaces gráficas e a progressiva ampliação da capacidade de memória dos equipamentos possibilitaram uma “revolução” na relação entre a história e a informática (Morris, 1993).

Certamente, cabe ponderar se, ao final, não surgiu um novo problema em função de que muito “retrabalho” é realizado, na medida em que distintos bancos de dados particulares

2 Segundo Juan Andrés Bresciano (2008, p. 2), a revolução informática começa a desenvolver-se desde 1945 e se acelera nas décadas finais do século XX. A introdução do suporte eletrônico provocou mudanças radicais nas formas como se geram, organizam e recuperam os novos tipos de fontes, bem como se procede a crítica documental sobre elas.

são produzidos a partir de um mesmo fundo documental. Todavia, sobretudo no que se refere a fontes de cunho mais qualitativo, de natureza textual, e até mesmo considerando fontes quantitativas, não vislumbro, particularmente, meios de otimizar essa multiplicidade de bancos de dados que dizem respeito aparentemente às mesmas fontes.

O campo de produção de conhecimento histórico, ou a disciplina histórica, não se constitui por rigores metodológicos explicitamente delimitados, que possam fornecer parâmetros compartilhados que sirvam como critérios para a elaboração de bancos de dados individuais, os quais integrados possam redundar em bancos de dados coletivos, nem bancos de dados coletivos alimentados individualmente a partir de critérios comuns. Nesse caso, os desencontros passam inclusive pelo problema do preenchimento dos campos nos bancos de dados, já que mesmo a informação de critérios (aparentemente) objetivos pode ser feita de diversas formas por diferentes pesquisadores, o que compromete a busca por filtros e quantificações de resultados em função de que um mesmo dado, por falta de definição de critério único de preenchimento, poderá apresentar mais de uma entrada no banco de dados. A esse respeito, Célia Tavares se refere ao exemplo do preenchimento em um banco de dados do campo município, no qual o dado Rio de Janeiro foi computado de três maneiras diferentes (Rio de Janeiro, RJ, Rio), comprometendo a uniformização dos dados para busca e quantificação posterior (Tavares, 2012, p. 306).

Essa condição se explica pelo fato de que para que os bancos de dados desempenhem a função fundamental de organizar informações massivas e seriadas presentes em fundos documentais é preciso que o historiador intervenha nas fontes, a fim de eleger o que constitui informação e quais serão selecionadas para compor a base de dados. Aparentemente, até aí, nada novo em relação a nossa prática usual de pesquisa: eleição, recorte e ordenamento de fontes e dados contidos. A “novidade” está na descaracterização do dado que, retirado do seu contexto original e inserido no banco de dados em alguma categoria de análise criada e a ele atribuída pelo historiador, reforça a dificuldade de promover a conexão entre as diversas pesquisas empíricas. Em síntese, a fragmentação das experiências e o seu isolamento decorrente da incompatibilidade de bancos de dados concebidos individualmente convergem para práticas de pesquisa cada vez mais aut centradas em termos de possibilidades de cooperação, através de compartilhamentos de dados e debates de perspectivas.

Nesse sentido, há outro aspecto operando nesse descompasso entre pesquisas que se valem densamente de recursos informáticos, que se refere à multiplicidade de bases disponíveis. Existem dezenas de softwares dedicados à construção de bancos de dados e, por óbvio, o pesquisador é livre para eleger qual lhe apraz utilizar em sua pesquisa, contudo, em geral, esses softwares não são compatíveis entre si. Além disso, entre as bases mais comumente utilizadas (Excel, Access, FileMaker) nenhuma é dedicada especialmente a constituir um instrumento para a pesquisa histórica, ou seja, são softwares para construção de bancos de dados pensados para os mais variados fins (empresariais, governamentais) e o que nos toca fazer é adaptá-los o máximo possível a fim de que respondam às nossas demandas de pesquisas. Dessa maneira, quanto mais “aberto” ao amoldamento das necessidades de pesquisa for, mais se coloca para o pesquisador a possibilidade de propor uma metodologia

de pesquisa adequada e menos refém fica ele de um possível engessamento metodológico colocado pelo próprio software.

Os softwares mencionados estão disponíveis no mercado, muitos gratuitos para teste por um período, e embora não tenham sido pensados originalmente para fins de pesquisa histórica, se mostram bastante flexíveis e moldáveis às mais variadas demandas, oferecendo recursos bastante úteis aos historiadores. É possível, por exemplo, criar os campos a serem preenchidos conforme cada documento ou problema de pesquisa, atribuir *hiperlinks* (o que soluciona o problema da descontextualização do documento do arquivo, caso este esteja disponível on-line em algum acervo digital) e imagens e realizar os mais variados tipos de cruzamentos e filtros, dependendo totalmente da perspicácia do pesquisador a proposição das categorias, seleção e o formato de inserção das informações que serão retiradas do documento para compor o banco de dados.

A dificuldade em absorver os novos recursos tecnológicos na prática historiográfica também passa, portanto, pela pouca oferta e difícil acesso no mercado de softwares específicos para a pesquisa histórica, o que poderia ser explicado pela omissão dos historiadores, em geral, nesse campo. Evidente que, diferentemente de outros campos de conhecimento das ciências humanas, a história não dispõe de rígidos métodos que norteiem as etapas da pesquisa, o que certamente dificulta a elaboração de um software com exequibilidade para as mais variadas demandas que as pesquisas históricas podem apresentar. Há casos, no entanto, de softwares encomendados, projetados sob medida, que contemplam demandas específicas de pesquisas, como o existente no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH/UFPel-RS), construído para dar conta dos campos exatos a serem preenchidos com as informações constantes nas fontes que constituem o acervo do Núcleo (fichas de qualificação de trabalhadores da Delegacia Regional do Trabalho).³

Frente a tamanhas mudanças provocadas no *savoirfaire* dos historiadores, seria incontornável desconsiderar o impacto da tecnologia no nosso ofício. Na década de 1960, Le Roy Ladurie arriscava afirmar que, naturalmente, as gerações subsequentes de historiadores iriam apropriar-se desses novos métodos pela facilidade que lhes seria inerente ao lidar com tais novidades. No entanto, ao considerarmos a realidade acadêmica brasileira de produção historiográfica, percebe-se que a presença de conteúdos relacionados a arquivos digitais e construção de banco de dados ainda não é uma realidade nas grades curriculares dos cursos de graduação. Aqueles que porventura se utilizam de recursos informáticos em suas pesquisas, em geral o fazem pela própria iniciativa de aprender o manuseio dessas técnicas.

Pertenço a uma geração de pesquisadores que precisou desbravar os caminhos informáticos e digitais por conta própria e lastimo profundamente não ter recebido esse tipo de orientação na minha formação. Compartilho com Lucchesi o entendimento de que há uma necessidade efetiva de incluir o tema “História e historiografia digital” na oferta formativa brasileira (Lucchesi, 2014b, p. 48).

3 Ver <<http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/>>.

Engana-se, contudo, quem pensa que para os alunos dos cursos de história de hoje, aqueles pertencentes à geração *born digital*, possa ser redundante trabalhar esse tipo de temática na graduação. Frequentemente, ocorre que ao serem colocados diante de computadores para manejarem softwares dedicados à elaboração de banco de dados e tabelas relacionais, como Excel e Access, por exemplo, esses alunos nascidos na era digital tendem a se assustar, revelando que sua intimidade com as tecnologias de informação limita-se aos recursos que derivam do uso da internet ou a um manejo simples de softwares dedicados à produção de textos e apresentações de slides.

O trabalho dos historiadores, quando se dedicam a formar novos profissionais do ramo, deve ser organizado também no sentido de ensinar a dominar essas ferramentas e a conscientizar que esse instrumental faz parte da profissionalização do nosso ofício, não sendo mais possível deter nem retroceder esse movimento de inclusão das tecnologias de informação no fazer historiográfico. Investir em bons computadores, câmeras digitais e softwares faz parte dos recursos que demandamos para o bom exercício profissional, além dos livros e prateleiras. Nesse sentido, a construção de bancos de dados para as pesquisas precisa ser compreendida como um trabalho incontornável e de longo prazo, que se multiplica, soma e desenvolve, mediante a permanente alimentação dos dados ao longo de anos de pesquisa, de onde sempre poderão derivar novas perguntas, problemas e resultados de análise.

Cada vez mais as pesquisas históricas são feitas a partir de volumes imensos de fontes. Outra modificação colocada ao fazer historiográfico pelo uso da tecnologia refere-se ao fato de que a capacidade de coletar o maior número de documentos possíveis deixou de ser um mérito de determinadas pesquisas, visto que o recurso de “cópia” de documentos através da fotografia digital, expediente ao qual todo e qualquer historiador pode recorrer, permite recolher quantidades impressionantes de documentos em curto tempo. A capacidade de interpretação dessa abundância de fontes reunidas e a formulação dos problemas de pesquisa frente às informações acumuladas são o que passa a qualificar a essência da pesquisa histórica. Quer dizer, “o computador, o banco de dados ou qualquer outro instrumento informático que o pesquisador utilize, nunca vai substituir a atuação do profissional de história, a escolha de critérios e referências que cabe somente a ele estabelecer” (Tavares, 2012, p. 305).

Esse aumento vertiginoso de fontes nas pesquisas deveu-se, também, à disseminação dos recursos digitais. As inúmeras possibilidades disponibilizadas pela era digital incidem como facilitadoras da pesquisa empírica das mais variadas formas, desde a produção de texto – com as possibilidades de corrigir, cortar e colar sem precisar refazer ou desperdiçar trabalho –, organização de bibliografia e referências,⁴ fotografia digital de fontes (o que possibilita que, durante uma curta estadia em determinado arquivo, se possa “levar para casa” um volume fabuloso de fontes que ainda poderão receber tratamento, no sentido de clarear, aumentar, alterar a nitidez, tornando, em geral, a leitura do documento mais fácil do

4 Recursos como o software Zotero e o aplicativo Delicious são excelentes instrumentos para coletar e organizar referências bibliográficas de sites e de biblioteca pessoal.

que se fosse diretamente com o original) até o acesso remoto a fontes. Tem crescido muito a quantidade de acervos de pesquisa disponíveis na internet, os quais proporcionam uma economia de tempo considerável aos pesquisadores, além do aspecto da democratização do acesso às fontes, eliminando-se os obstáculos colocados pela distância e custo de deslocamento e estadia. Todo esse cenário converge para a facilidade em acessar, acumular e lidar com universos de milhares de fontes para a pesquisa, do que decorre a importância e necessidade irrefutável de conhecer e dominar os softwares existentes para a construção de banco de dados.

A dimensão digital, no entanto, não diz respeito no campo da história apenas ao domínio da construção de bancos de dados para as pesquisas, mas também aos demais recursos que permitem a digitalização de documentos com caráter pessoal (digitalizações de documentos feitas pelo historiador com sua câmera digital) ou com caráter público (quando projetos de digitalização de corpus documentais são realizados por instituições apropriadas, como arquivos, bibliotecas, universidades, museus etc., a fim de serem disponibilizados através de mídias de maior alcance, como CD-ROM, internet etc.) A questão da digitalização de documentos configura um tema central da nossa disciplina, entretanto temos nos ausentado de forma preocupante desse debate. Para além da questão particular de que a digitalização de documentos e sua disponibilização na internet retirou dos historiadores “fetichistas” a exclusividade de conhecer a localização dos documentos nos arquivos, o que sugeria certa posse/propriedade da informação, nos (pre)ocupar com as discussões que envolvem as políticas de digitalização deveria extrapolar esse tipo de questão concernente à vaidade acadêmica e passar a ser uma postura de preocupações amplas e permanentes.

A arquivologia tem dado conta de resolver uma série de problemas decorrentes do âmbito dos documentos digitais, como (re)conceituações, obsolescência e fragilidade dos suportes, legislações referentes ao que deve ser ou não guardado e propostas consistentes de digitalização, contudo, nesse aspecto, também os historiadores têm apresentado tímida participação na condução de resoluções para temas que implicam diretamente na nossa prática.

A digitalização de documentos coloca-se como uma profícua possibilidade de difundir e facilitar o acesso, promover o intercâmbio entre acervos de diferentes instituições, bem como atuar na preservação de fontes já em avançado estado de deterioração (restringindo ao máximo a necessidade de que os originais sejam acessados) ou em casos de documentos selecionados para descarte (situações frequentes nas quais os historiadores também deveriam se fazer mais presentes). Vale ressaltar, no entanto, que o ideal dos projetos de digitalização se pauta pelo fato de que o documento digitalizado não substitui o original e nenhuma ação de digitalização deve acontecer em detrimento de ações convencionais de preservação (Conarq, 2010, p. 28).

Digitalizar significa transformar documentos arquivísticos tradicionais em dados binários processados por computadores usando diferentes recursos (software e hardware). As digitalizações fidedignas normalmente são fruto de projetos encabeçados por instituições adequadas para tal – como arquivos, bibliotecas, universidades, museus etc. – que respei-

tando normatizações técnicas preocupam-se em contemplar a qualidade arquivística, a fidelidade com o documento original e o uso de recursos adequados a fim de evitar novas digitalizações. Dessa maneira, esses projetos devem partir da avaliação e seleção dos documentos a serem digitalizados, evitando ao máximo o traslado dos documentos originais, privilegiando conjuntos documentais completos e cuidando para que cada documento seja digitalizado na íntegra, incluindo os envoltórios do documento original. Na sequência, os procedimentos devem contemplar a higienização, a identificação de origem e local de salvaguarda, a identificação do menor caractere (linha, ponto, traço, mancha) para determinar a resolução ótica ideal, a identificação das condições físico-químicas do documento para a escolha do equipamento de digitalização que garanta a qualidade, a preferência por equipamentos que não funcionem por retroalimentação de papel, que oferece muito risco de danificação ao documento, a escolha adequada do ambiente, superfície e (inclusive) da cor da roupa que o profissional usará no momento da digitalização. A garantia da qualidade da digitalização também responde a outros parâmetros que dizem respeito à resolução, profundidade de bit, processos de interpolação e níveis de compressão (Conarq, 2010).

Segundo Bresciano, também devem ser preocupações concernentes à digitalização de documentos questões como: evitar digitalização de materiais que já foram digitalizados previamente; avaliar se a digitalização incorre em algum tipo de risco de preservação do documento original, seja pela incidência da luz, manipulação ou exposição a fatores físico-químicos; dar preferência a digitalizações de corpus documentais completos para evitar descontextualizações; se a digitalização de fato proporcionará maior acesso e difusão das fontes, quer dizer, se contempla a divulgação através da web, CD-ROM etc.; se os recursos disponibilizados serão suficientes para a realização plena do projeto de digitalização (Bresciano, 2008, p. 5).

Percorrido esse caminho, o pesquisador poderá estar seguro de que o material digitalizado e disponível para amplo acesso tem credibilidade para pesquisa, ou seja, ao se fazer pesquisa em acervos digitalizados disponíveis na internet convém buscar por sites pertencentes a instituições com credibilidade que tenham se valido de um bom projeto de digitalização. Isso previne incômodos como acervos digitalizados e disponibilizados para livre acesso na internet por particulares que, muitas vezes, com a melhor das intenções, publicam acervos incompletos sem advertir devidamente ao usuário, com referências equivocadas ou ainda sites que deixam de existir a qualquer momento por questões aleatórias. A falibilidade da internet, mais precisamente da ferramenta Google de busca, é uma preocupação presente para o historiador Robert Darnton. Segundo ele, referindo-se ao Google Books (que digitaliza e disponibiliza livros virtualmente), essa ferramenta obrigatoriamente cometerá erros, esquecerá livros, pulará páginas e borrará imagens, além disso nada garante que as cópias do Google vão durar ou não vão se perder em função da obsolescência inescapável aos recursos tecnológicos (Darnton, 2010, p. 56).

Nesse sentido, a escolha dos recursos para digitalização também confere um problema que nos diz respeito. A cada vez os ciclos de obsolescência dos suportes (html, pdf, por exemplo) são mais curtos e sua fragilidade também mais evidente (Rocha; Silva, 2007, p.

114), dificultando o acesso a longo prazo e impondo renovados esforços financeiros por parte das instituições para novos projetos de digitalização, além do fato de que, devido à incidência da luz, os processos de digitalização incorrem diretamente na deterioração dos documentos.

Diante desse quadro de ciclos de obsolescência e fragilidade dos suportes digitais, resiste o “velho e bom” microfilme como um dos recursos mais confiáveis para a preservação de acervos documentais. O microfilme necessita apenas de armazenamento adequado para ser eficiente, mas, afora isso, garante um custo de produção previsível e uma tecnologia estável (Waters, 2001), pois existe desde 1871 (Santos, 2005, p. 16) e dificilmente alguma empresa inventará novos suportes em microfilme que inviabilizem a leitura de antigos microfilmes. Segundo Donald Waters (2001, p. 14), uma cópia matriz de microfilme, segundo estimativas, dura até quinhentos anos sem apresentar deterioração significativa e, posteriormente, o rolo poderá ser duplicado a partir da cópia negativa, a um custo de aproximadamente US\$20, sendo também possível, através do processo *copyflo*, gerar uma cópia em papel a um custo de US\$0,15.

Resta ainda um aspecto, talvez o maior deles, a respeito do tema história e informática que convém ser contemplado. Para além da construção de bancos de dados informáticos para instrumentalizar pesquisas e dos projetos de digitalização de documentos antigos a fim de preservar e ampliar o acesso, é preciso prestar atenção ao tema dos arquivos digitais no que diz respeito aos documentos que na atualidade são gerados em meio digital, os chamados nato digitais. Eventualmente todos podem ser impressos, mas (controversamente ao padrão com o qual estamos acostumados) a impressão nesse caso já configura a cópia do documento original.

A informação criada pelos computadores não era compreendida pela arquivologia como um documento, mas como um dado até pelo menos fins da década de 1980 (Santos, 2005, p. 20; Dollar, 1994). A arquivologia demorou em reconhecer os arquivos digitais (nato digitais) como documentos efetivamente e a partir daí levou algum tempo discutindo os novos parâmetros para o tratamento dessa documentação eletrônica e reformulando seus postulados metodológicos. A tecnologia da informação impactou os princípios e práticas de arquivo já que os conceitos tradicionais de documento original, ordem original, proveniência, arquivos como depósitos centrais e as práticas de avaliação, organização e descrição, referência e preservação não se aplicavam integralmente à realidade de documentos nato digitais (Dollar, 1994). Nesse sentido, documentos de décadas recentes se perderam porque não havia por parte da arquivologia a preocupação em armazená-los e organizá-los (Rondinelli, 2002).

Muito embora na atualidade a arquivologia já tenha resolvido suas questões teórico-metodológicas em relação aos arquivos digitais e disponha de meios de organização e armazenamento pertinentes a esse tipo de documento, os historiadores ainda não demonstraram interesse e preocupação em inteirar-se dessa nova realidade. Apropriar-se dessas novas práticas da arquivologia é premente e significa poder participar e opinar desde o presente a respeito de como, de acordo com as demandas da nossa prática profissional, nos parece adequado tratar, organizar e armazenar a informação digital. Essa atitude deve ser tomada

enquanto política coletiva dos profissionais de história e não individualmente por historiadores interessados no tema. Isentarmo-nos dessa participação no presente não parece acarretar prejuízos imediatos e evidentes (a não ser para aqueles dedicados à história imediata), mas certamente seremos cobrados pelos historiadores vindouros por havermos negligenciado no nosso tempo o envolvimento nesse debate, a fim de se viabilizar a produção do conhecimento histórico no futuro.

É preciso ainda avaliar o quanto as inovações tecnológicas na comunicação modificam as bases epistemológicas da disciplina histórica. Em suas considerações finais, Lucchesi questiona se as mudanças serão apenas formais ou de design (a hipertextualidade altera apenas a apresentação do resultado final do texto?), ou se precisamos pensar em termos de uma nova operação historiográfica frente às novas possibilidades, novos problemas e objetos de pesquisa e novas fontes que demandam tratamento/crítica adequada. Dessa forma, cabe também avaliar se a história digital será um campo, uma metodologia que será aplicada por um determinado grupo de historiadores ou se vai além de um campo e, na realidade, demande dos historiadores uma “virada crítica” no fazer historiográfico, a fim de que este se habilite de fato para compreender o mundo digital e pensar historicamente o século XXI (Lucchesi, 2014a).

Esses debates ainda se mostram muito incipientes no Brasil se comparados com realidades de outros países. Segundo Lucchesi, a *Storiografia Digitale* italiana procura dar conta de questionamentos contemporâneos ao fazer histórico, como qual e quanta história está presente hoje e estará no futuro próximo na web e o que isso muda na produção de conhecimento histórico, no sentido de que a atividade cotidiana de cada indivíduo deixa traços informáticos que serão os documentos do futuro referentes ao nosso presente, e a historiografia de uma cultura digital será epistemologicamente diferente da historiografia da cultura alfabética, assim como essa se fez diferente daquela da cultura oral (Lucchesi, 2014a, p. 70).

No que se refere à *Digital History*, para os historiadores estadunidenses as inovações tecnológicas, sobretudo na esfera da comunicação, incidem nas relações sociais alterando a organização da relação espaço-temporal da vida social, o que interfere diretamente nos materiais com que lida o historiador (Lucchesi, 2014a, p. 97). Dessa forma, a flexibilidade característica da rede constitui um elemento fundamental de reflexão para a prática dos historiadores, “visto que o passado não aconteceu de uma só forma, e convém poder representá-lo de mais diversificadas maneiras” (Lucchesi, 2014b, p. 50).

Cabe aos historiadores atuais, portanto, desempenhar papéis dos quais até agora têm estado ausentes. É preciso incluir definitivamente na formação acadêmica a instrumentalização dos profissionais para o manuseio de recursos informáticos para fins de construção de bancos de dados e, a partir daí, desenvolver as discussões pertinentes para o uso metodologicamente mais uniforme e eficiente desses recursos. Além disso, também nos cabe inteirar-se dos métodos adequados de digitalização de documentos, bem como promover e marcar presença nos projetos de digitalização, a fim de que as demandas do nosso ofício sejam contempladas garantindo, ou procurando evitar, que ocorram descontextualizações, descartes de originais e adequação das técnicas para disponibilizar digitalizações idôneas e

de acesso amplo. Por fim, é preciso que nos ocupemos das questões epistemológicas que envolvem a cultura digital e incidem nos materiais que constituem nossas fontes sobre a contemporaneidade, no sentido de compreender quais implicações conceituais esses novos problemas, objetos de pesquisa e fontes demandam.

De imediato, parece que o fundamental é acender o debate entre os pares, para a seguir estabelecer encaminhamentos efetivos, embora “a velocidade vertiginosa das transformações tecnológicas não permita traçar um prognóstico sobre como será ou o que deverá ser feito” (Tavares, 2012, p. 302). O tema ainda se mostra intrincado e, conforme referido, requer muitas precauções sem que se recaia em qualquer ceticismo, visto ser irreprimível a inclusão das tecnologias de informação no fazer historiográfico. Contudo, apenas a partir do momento em que nos dedicarmos coletivamente aos problemas concernentes à adesão do fazer historiográfico ao recurso informático, poderemos resolver problemas, estabelecer balizas e orientações e passar a nos valer dessa poderosa ferramenta de forma plena, e não subutilizada como tem sido até o presente.

Referências bibliográficas

BRESCIANO, Juan Andrés. El historiador y las fuentes electrónicas: nuevos horizontes para la crítica heurística en el siglo XXI. In: SEMINÁRIO ONLINE HISTORIA Y DEBATE, 2008. Disponível em: <http://www.h-debate.com/Spanish/seminario/2008/bresciano/bresciano_texto.htm>.

CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. S.l.: Conarq, abril 2010. 28p.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DOLLAR, Charllles M. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos, algumas considerações. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 7, n. 1-2, p. 3-38, jan./dez. 1994.

FIGUEIREDO, Luciano. História e informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LADURIE, E. L. R. O historiador e o computador. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da (org.). *Nova história em perspectiva*, v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

LUCCHESI, Anita. Glossário. In: _____. *Digital history e storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Comparada), Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014a.

_____. Por um debate sobre história e historiografia digital. *Boletim Historiar*, n. 2, p. 45-57, mar./abr. 2014b.

MORRIS, R. J. História e informática: o ponto da situação. *Ler História*, Lisboa, n. 4, 1993.

RAABE, André; POHLMANN FILHO, Omer. Estudo comparativo entre sistemáticas de digitalização de documentos: formatos html e pdf. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 300-310, set./dez. 1998.

ROCHA, Claudia Lacombe; SILVA, Margareth da. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 20, n. 1-2, p. 113-124, jan./dez. 2007.

RONDINELLI, Rosely Curi. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. 160 p.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. *Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística*. Brasília: Abarq, 2005.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e informática. In: _____. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012. p. 301-317.

WATERS, Donald. *Do microfilme à imagem digital: como executar um projeto para estudos dos meios, custos e benefícios de conversão para imagens digitais de grandes quantidades de documentos preservados em microfilme*. Rio de Janeiro: CPBA, 2001.

Recebido em 30/5/2015

Aprovado em 1/8/2015